

Resumo: Reconhecendo o empenho de Dom Afonso pelos diversos trabalhos sociais na Arquidiocese, o autor pesquisa a sua atuação especialmente como Presidente da Ação Social Arquidiocesana. Ele começa descrevendo a organização da dimensão social da Arquidiocese de Florianópolis, a partir da criação da ASA em 1960 e seu reconhecimento como entidade jurídica em 1966, já no tempo de Dom Afonso. Mostra a passagem metodológica “do emergencial” à “promoção humana”. Destaca os convênios com o Poder público, a solidariedade com os atingidos pelas cheias de 1983 e 1984, o apoio da entidade alemã “Misereor” etc, e conclui com o que ele sintetiza como o “legado social” de Dom Afonso.

Abstract: In acknowledgement of Don Afonso's care for social assistance with the support of the Archdiocese, the author makes a lengthy sketch of the Archbishop's role as president of the social action committee maintained throughout the metropolitan area. Beginning with a description of the social dimension of the Archdiocese since the creation of the ASA in 1960 and its official registry as a juridical organization in 1966 since the early years of Don Afonso, he goes to show the methodical transition from an “emergency status” to “human advancement”. Significant stress is laid on government support and public relief service and worldwide organizations for assistance especially for the victims of flood by rainstorms and river inundation in 1983 and 1984, international support by “Misereor” from Germany, etc. In conclusion synthesizes his program of public assistance as Don Afonso's “social legacy”.

Dom Afonso, o Bispo do Pão e da Paz

*Fernando Anísio Batista**

* O autor é formado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), pós-graduando em Doutrina Social da Igreja na Realidade Brasileira pela Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC) e é secretário executivo da Ação Social Arquidiocesana (ASA – Florianópolis).



A figura de Dom Afonso Niehues foi emblemática no desenvolvimento de diversos trabalhos sociais que existem até os dias atuais nas paróquias e comunidades da Arquidiocese de Florianópolis. Durante todo o seu pastoreio, Dom Afonso foi um grande apoiador de todas as ações promotoras da vida, seguindo a mensagem evangélica expressa em João 10,10: *“Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância”*.

Este artigo tem como finalidade fazer memória da atuação social da Arquidiocese em que Dom Afonso foi seu arcebispo e presidente da Ação Social Arquidiocesana (ASA). Com isso, pretende-se registrar alguns fatos mais relevantes da atuação da Arquidiocese ao lado dos/as sofrendores/as do povo, principalmente quando houve a necessidade de uma ação evangélica e libertadora onde o direito à vida era negado, como é o caso da atuação nas áreas de saúde, educação, alimentação, socorro em enchentes e vendavais, além da atuação com diversos públicos específicos, entre eles as crianças e adolescentes em situação de rua e idosos/as.

A Ação Social nunca pode estar deslocada da realidade socioeconômica do país. Os anos vividos pela ASA na Arquidiocese sob o pastoreio de Dom Afonso foram influenciados pela realidade do Brasil. Infelizmente, neste artigo não será possível aprofundar a realidade brasileira no período da ditadura e da sua redemocratização. No entanto, existem diversos textos e documentos que podem servir de leitura complementar auxiliando no entendimento da atuação social da Arquidiocese nesse período da história.

Por se tratar de um período com grandes mudanças no cenário político, econômico e social, a Arquidiocese atuou de forma isenta no campo social cumprindo seu papel de diálogo com os diferentes setores da sociedade, em vista do objetivo maior que era a promoção e defesa da vida nas diversas paróquias e comunidades. Isenta, mas não omissa, ela acompanhava os diversos movimentos que a própria Igreja e a sociedade faziam no sentido de buscar respostas e soluções para as diferentes formas de exclusão social presentes no país.

A organização da Dimensão Social na Arquidiocese

Em 17 de novembro de 1960, a Arquidiocese de Florianópolis aprovou em sua Assembleia de Pastoral a criação da Ação Social Arqui-



diocesana (ASA), com o objetivo de coordenar todas as obras sociais da Arquidiocese; exercer atividades de assistência social, de educação de base e de promoção humana às pessoas, especialmente da mãe e da criança, grupos e comunidades economicamente e culturalmente mais fracos.

Apesar de ser o início de uma organização social arquidiocesana, já existia uma presença forte das congregações e irmandades que criaram hospitais¹ e orfanatos² e também algumas obras sociais nas paróquias. Essas iniciativas eram basicamente de amparo aos menores abandonados e crianças órfãs, em sistema de internato. Nessa época eram poucas as paróquias com trabalhos sociais organizados, destacando-se a Ação Social São Luiz Gonzaga de Brusque (1949), a Assistência Social São Luiz da Agrônômica (1950) e a Ação Social da Trindade (1955). Com a criação da ASA, essas entidades potencializaram seus trabalhos a partir de sua assessoria, do apoio técnico e na organização interna.

No início dos seus trabalhos, a ASA assumiu o Programa “Aliança para o Progresso”, que no Brasil era executado pela Cáritas Brasileira, organização da Igreja Católica em âmbito internacional, que, no Brasil, faz parte da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Tratava-se de organizar a distribuição de alimentos provenientes dos Estados Unidos da América, que, por temer um avanço do comunismo na América Latina após a Revolução Cubana, buscava diminuir a miséria nos países subdesenvolvidos, chamados de terceiro mundo.

Embora criada em 1960, a ASA adquiriu personalidade jurídica somente em 17 novembro de 1966 e seu primeiro presidente foi Dom Afonso Niehues, Administrador Arquidiocesano desde 1965. Após iniciar o processo de organização da ASA, Dom Afonso emitiu uma correspondência em janeiro de 1967 ao clero e aos diretores das obras de assistência social, apresentando a estrutura da entidade, bem como as pessoas encarregadas de cada setor. Inicialmente a ASA contava com os seguintes departamentos:

– ***Direção Geral:*** com a função de dirigir a entidade, bem como coordenar e supervisionar todas as atividades executadas pela entidade, sendo nomeado Pe. Afonso Emmendoerfer para essa função.

¹ Destaca-se a Irmandade Senhor Bom Jesus dos Passos fundada em 01 de janeiro de 1765 que mantém o Hospital de Caridade.

² Em 1773 foi criada a Irmandade Divino Espírito Santo visando a manutenção do abrigo Lar São Vicente de Paulo.



– **Secretaria Executiva:** responsável pela direção administrativa e o controle material da entidade, cujo responsável era o Sr. Juracy Batista da Silva.

– **Departamento Técnico Educativo:** com a atribuição de organizar a parte assistencial educativa da diocese e das obras sociais nas paróquias, tendo como responsável a Irmã Terezinha Alves Machado.

Nessa correspondência, Dom Afonso emitiu o seguinte desejo: Muito fôlgariamos que se organizasse em todas as paróquias, sobretudo nas que contam com maior número de famílias pobres, uma obra assistencial eficiente e segundo o espírito das recomendações conciliares constantes no Decreto do Apostolado dos Leigos, sob o nº 8:

“onde quer que viva alguém que sinta falta de comida e bebida, de roupa, casa, remédio, trabalho, instrução, possibilidades necessárias para levar uma vida realmente humana; alguém, cruciado por tribulações ou saúde débil; que sofra exílio ou prisão; ai a caridade cristã há de procurá-lo e descobri-lo, aliviando-o por uma assistência dedicada e radiosa e pela prestação de auxílio. Esta obrigação impõe-se, em primeiro lugar, aos homens e aos povos cercados de prosperidades. Eliminem-se as causas dos males e não apenas os efeitos”.

Antes de tudo, buscou-se organizar juridicamente a ASA, com a obtenção de títulos necessários para a concessão de convênios com o poder público, entre eles a Utilidade Pública Federal. Posteriormente, o Departamento Técnico Educativo da ASA realizou um trabalho de orientação das obras filiadas para sua organização jurídica e financeira, buscando a obtenção de registros, títulos e arrecadação financeira para a realização de suas atividades.

O departamento técnico educativo realizava visitas nas obras sociais filiadas e orientava para que os atendimentos não ficassem apenas na perspectiva assistencialista, mas que estivesse pautado numa visão que levasse à autonomia e educação das pessoas atendidas. Tendo como base a organização da ação social, Ir. Terezinha atuava com o seguinte pensamento: *“O servir organizado duplica a assistência, enobrece a ação, dignifica quem faz e quem dela se beneficia. Assim, também teremos a certeza que auxiliamos a crescer a Pessoa, dentro da posição de filho de Deus, título que lhe compete por excelência”*³.

³ Revista Pastoral de Conjunto, Florianópolis, 1967, ano 3, nº 3.



Em 1967 existia um total de 37 obras sociais filiadas à ASA, contando com ações sociais paroquiais, instituições sociais, educacionais e de saúde. O início do trabalho na comunidade do Mont-Serrat – Florianópolis, com Pe. Agostinho Staehelin, também contou com o apoio da ASA: organização comunitária, principalmente de hortas e grupos de jovens, melhorias no acesso à comunidade e nas casas.

Durante os anos de 1969 e 1970, a ASA intensificou o processo de acompanhamento às obras sociais filiadas, já em número de 40, envolvendo aproximadamente 4.570 voluntários. Nos dias 21 e 22 de novembro de 1970 foi realizada a assembleia geral da entidade, com a presença de 24 obras sociais e 90 participantes. Como já foi dito, uma das frentes de atuação das entidades nessa época era a distribuição de alimentos do Programa “Aliança para o Progresso”, sendo que em 1971 foram distribuídos 231.403 quilos de farinha de trigo, fubá, trigo, leite em pó, aveia e trigo laminado.

Do emergencial à Promoção Humana

Na década de 70, a Ação Social Arquidiocesana deu grandes passos. Esse período foi momento forte de organização de grupos e de ações voltadas à promoção humana, resultado de sua interação com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da efervescência da atuação leiga na Igreja e na sociedade. Foi a época em que se destacou a “opção preferencial pelos pobres”, a partir da aprovação dos documentos de Medellín (1968) e Puebla (1979). Para motivar este setor, eram realizados encontros interparoquiais motivando a formação de lideranças, com o foco no desenvolvimento da comunidade.

Através do convênio com o Governo Federal e Estadual foi possível a realização de diversos cursos nas obras filiadas no campo de educação de base. Com o propósito de buscar a emancipação das pessoas atendidas de forma emergencial nas obras, esses convênios possibilitaram a oferta dos seguintes cursos: alfabetização, higiene, puericultura, primeiros socorros, economia doméstica, orientação e iniciação profissional (corte e costura, artes aplicadas, trabalhos manuais, datilografia, horticultura), além de palestras voltadas à orientação sobre a saúde. Conforme relatório da ASA do ano de 1974, os convênios possibilitaram a realização de 235 cursos atendendo diretamente 3.016 pessoas.



O convênio celebrado entre a Cáritas Brasileira e o Movimento Universitário do Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES), transformou a ASA na primeira instituição social do Estado de Santa Catarina a receber estagiários da Faculdade de Serviço Social, que chegou a atingir o número de sete profissionais e de vinte estagiários. Esse quadro permaneceu até o ano de 1977. Os estagiários eram supervisionados pelas assistentes sociais da ASA e atuavam em duas áreas distintas: a) micro-atuação através do serviço social de caso, serviço social de grupo e serviço social de desenvolvimento da comunidade, e processos de trabalho com a população; b) macro-atuação através da interação do serviço social ao nível da política de planejamento para o desenvolvimento.

Em 1974, eram acompanhados 109 grupos envolvendo 2.341 pessoas. No campo da saúde, através de hospitais e obras sociais filiadas, a ASA desenvolvia campanhas sanitárias (combate à verminose e vacinação), cursos de treinamento para parteiras do interior e distribuição de medicamentos em parceria com a Cáritas Brasileira, na maioria das vezes de forma precária, suprimindo a necessidade da população que não tinha onde procurar esses benefícios. Somente nesse ano houve o atendimento de 65.777 pessoas na área da saúde.

No mês de março de 1974, fortes chuvas atingiram a região sul do Estado de Santa Catarina, elevando o nível do Rio Tubarão acima de 10 metros, atingindo 13 municípios da região, caracterizando uma das maiores catástrofes ambientais do Estado, com um total de 65.000 pessoas desabrigadas e 199 mortas. Buscando apoiar os atingidos pela catástrofe, Dom Afonso Niehues lançou uma rifa de automóvel pela Loteria Federal. Coube à ASA coordenar essa campanha denominada “Reintegração do Sul” que destinou recursos financeiros para os municípios de Tubarão, Orleães, São Ludgero, Lauro Muller, Praia Grande, Pedras Grandes. Além do auxílio financeiro, a ASA também atuou tecnicamente com o deslocamento de membros de sua equipe (assistentes sociais e estagiárias) para o atendimento direto aos atingidos.

A atenção aos idosos/as

Os grupos de idosos eram destaque nas obras sociais da Arquidiocese. Buscando motivar ainda mais esse trabalho, realizou-se de 23 a 29 de setembro de 1978 a “semana do idoso”, contando com missas, passeios, excursões, lanches festivos, distribuição de prêmios, palestras de autoridades locais, gincanas, homenagem nas escolas, danças folcló-



ricas e uma grande confraternização no Ginásio Palhoção, que reuniu idosos de 06 obras sociais, bem como um grande número de pessoas convidadas. Essa atividade impulsionou a implantação de um trabalho mais organizado com idosos para os anos seguintes, principalmente nas obras que ainda não o faziam, ampliando a cada ano a quantidade de idosos atendidos.

Com o aumento da população de idosos no mundo, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a primeira Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento em 1982: lançou-se o Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento, com 62 pontos de atuação com idosos. No Brasil foi instituído o Ano Nacional do Idoso, comemorado na Arquidiocese com um grande encontro realizado em Tijucas com mais de 500 idosos das obras sociais da Arquidiocese.

A cada ano crescia mais a quantidade de grupos nas obras sociais, sendo que a ASA voltou-se também para a orientação e acompanhamento desses grupos, o que foi demonstrado na confraternização de 1986 em Santa Terezinha, Brusque, onde compareceram mais de 1.200 idosos/as.

Convênios com o Poder Público

A seriedade, o reconhecimento do trabalho, bem como o bom relacionamento de Dom Afonso com lideranças públicas do Estado, possibilitou a realização de diversos convênios com as secretarias do Governo Estadual. O convênio com a LBA (que iniciou em 1977) e FUCABEM, mantinha a relação mais próxima com as obras sociais filiadas, que repassavam recursos diretos para as entidades desenvolverem cursos, acompanharem grupos, e atuarem com crianças de 0 a 6 anos, de 34 obras filiadas.

Em 1987 foi realizada uma detalhada avaliação do convênio com a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e FUNABEM, destacando como positivo que os convênios proporcionavam uma presença efetiva e uma atuação sensível da Igreja frente aos diversos problemas de carência e pobreza, possibilitando respostas imediatas a problemas urgentes. Por outro lado, avaliou-se que o convênio gera dependência em face do poder político e econômico, estabelecendo uma relação das obras sociais com a Arquidiocese a partir do ponto de vista financeiro, de conveniamento, não como parte do conjunto da Pastoral Social no cumprimento da missão profética e libertadora da Igreja.



Essa avaliação demonstrou a necessidade de os convênios serem assumidos pelas próprias obras sociais, possibilitando que a ASA se dedicasse mais a outros desafios apresentados pelas ações sociais, principalmente a formação de pessoal numa linha de libertação, despertando a consciência crítica, conforme prevê o documento de Puebla:

“A promoção humana implica em atividades que ajudam a despertar a consciência do homem em todas as suas dimensões e a lutar por si mesmo como protagonista de seu próprio desenvolvimento humano e cristão. Educa para a convivência, dá impulso à organização, fomenta a comunicação cristã dos bens, ajuda de modo eficaz a comunhão e a participação”⁴.

A partir desta visão, a ASA buscou atuar de forma mais crítica na realidade, conforme expressão de Dom Afonso em 1989, numa assembleia anual da ASA:

“Nos últimos anos a ASA está dando um novo passo na linha da ação social transformadora. O trabalho de transformação é mais difícil, pois o mundo está estruturado com base na injustiça e não na prática da justiça. Assim sendo, para transformá-lo é mister tornar a sociedade mais igualitária. Indispensável se faz que o cidadão cristão adquira uma consciência crítica competente, construtiva, respeitadora do diálogo”⁵.

Com uma atuação mais crítica da realidade a partir do período de abertura democrática do sistema político brasileiro, a ASA iniciou um processo de finalização de muitos convênios com o poder público, providenciando para que estes fossem realizados diretamente pelas obras sociais filiadas. Enquanto isso, focava sua atuação na assessoria, acompanhamento, orientação dessas entidades, rompendo com uma visão construída durante os anos em que a ASA era uma repassadora de recursos para outras entidades.

O Projeto “Mensageiro da Caridade”

Tendo em vista a carência de recursos financeiros para o desenvolvimento da promoção social, com a finalização de alguns convênios, a ASA participou do Iº Seminário Brasileiro do “Mensageiro da Cari-

⁴ Documento de Puebla, 477.

⁵ EMMENDOERFER, Afonso, 1990, p. 93.



dade”, projeto que já era desenvolvido com êxito em Porto Alegre, RS, auxiliando na manutenção financeira da Cáritas Arquidiocesana de lá. Após a participação no seminário, foi iniciado o projeto “Mensageiro da Caridade” também em Florianópolis no dia 11 de novembro de 1976, através do seu lançamento feito por Dom Afonso na TV Cultura. Tal projeto visava tornar a ASA auto-sustentável, com a arrecadação e doação de roupas e alimentos e a comercialização de móveis, o que tornou-se um marco na história da ASA.

Com o objetivo de dar uma divulgação mais ampla do Projeto e prestar esclarecimento a respeito do seu sistema de funcionamento, motivando a participação da comunidade, fez-se a sua divulgação em jornais, rádios da capital, folhetos e recados nas missas, aumentando o conhecimento do público a respeito do mesmo. O resultado de tal divulgação foi instantâneo, havendo uma grande procura para realizar doações.

O crescimento do Projeto trouxe a necessidade de ampliação do seu depósito, o que ocorreu em 1980 com o apoio da Mitra Metropolitana de Florianópolis, da Liga de Apoio ao Desenvolvimento Social Catarinense, da Secretaria do Bem Estar Social e da Secretaria dos Transportes e Obras. Juntamente com as senhoras do Movimento Cursilho de Cristandade foram organizadas as “Feiras da Pechincha”, que consistiam na venda do material arrecadado. Iniciou-se também uma oficina de reparos dos móveis doados. De certa forma, o projeto “Mensageiro da Caridade” distanciou a ASA de suas obras filiadas, focando apenas nas demandas que surgiram com o próprio projeto. Como estratégia de aproximação da equipe do Projeto às obras sociais filiadas, iniciou-se a realização de feiras e brechós nas próprias obras filiadas, buscando o auxílio na sua manutenção também. Com a estrutura de que o Projeto dispunha na época, em 1987 foi possível realizar atendimento direto às pessoas atingidas pelo vendaval em São Joaquim e Garopaba, atendendo diretamente 1.050 pessoas com telhados, roupas etc.

Em pouco tempo, o “Mensageiro da Caridade” tornou-se a maior fonte de recursos da ASA, superando inclusive o convênio com a LBA. Por outro lado, aumentaram as despesas operacionais do Projeto, inclusive com o pagamento do pessoal envolvido.



Solidariedade com os atingidos pelas enchentes de 1983/1984

Nos meses de julho a setembro de 1983, Santa Catarina sofreu um novo flagelo em consequência das abundantes chuvas que prejudicaram enormemente sua população, principalmente nas proximidades dos rios Itajaí-Açu, Iguaçu e Rio do Peixe, com 49 mortos e 198.000 desabrigados.

Sensível à situação calamitosa vivida pelo povo catarinense, Dom Afonso enviou carta circular a todas as Paróquias da Arquidiocese, solicitando que fossem feitas coletas em favor das pessoas atingidas, bem como, participou em diversos programas de rádio, jornal e televisão, conscientizando a população. Coube à Ação Social Arquidiocesana organizar um serviço de coleta de doações, percorrendo diversos bairros da Capital com os veículos da entidade. Todo material recebido foi selecionado na sede da entidade, para depois ser transportado para o Centro de Distribuição de Doações montado no Seminário de Azambuja, em Brusque.

A campanha de apoio aos flagelados tomou proporções incalculáveis no seu início, com diversos carregamentos de caminhões para atendimento aos mais necessitados, levando água potável, alimentos, medicamentos, roupas e material de higiene e limpeza. Conforme o relatório geral da campanha elaborado pela ASA, durante o período de atendimento emergencial foram distribuídos mais de 12.000 quilos de alimentos, 135.460 peças de roupas e agasalhos, 722 colchões, 110 móveis, além de materiais diversos para reformas nas residências. Nesse período, Dom Afonso se deslocou para a área afetada da Arquidiocese de Florianópolis, procurando dar ânimo e conforto espiritual aos flagelados recolhidos nos salões e casas paroquiais.

Estando sob controle as necessidades de alimentação, a ASA elaborou um plano de atendimento específico, preocupando-se também com a habitação, reconstruindo 25 residências, além de distribuir armários, mesas, cadeiras, fogões, camas e colchões, que foram adquiridos com os recursos recebidos.

No ano seguinte, o povo catarinense foi atingido por outra tragédia. Na Arquidiocese de Florianópolis, ela se apresentou mais extensiva que a enchente de 1983, atingindo o Vale do Itajaí-Mirim (Brusque e Botuverá) e o Vale do Rio Tijucas (São João, Canelinha e Tijucas). Esta catástrofe



ocasionou a morte de 16 pessoas, deixou 155.000 pessoas desalojadas e 70.000 desabrigados.

Como no ano anterior, Dom Afonso solicitou que a ASA buscasse atender e socorrer as vítimas. Conseguiu-se então o carregamento de mais de 30 caminhões levando mais de 21.000 quilos de alimentos, 3.000 quilos de roupas, cerca de 1.000 calçados. Com o apoio de Misereor, CELESC, FUCAT, COHAB, CASAN, e muitas outras entidades, buscou-se concretizar o plano de construção de 25 casas e 1 centro comunitário no bairro São Vicente em Itajaí, para as pessoas que perderam suas casas na enchente. Esse apoio, contou também com o incentivo para a construção de hortas caseiras.

O Apoio da “Misereor”

Em 1971, Dom Afonso enviou uma correspondência à “Misereor” (entidade católica alemã), solicitando um veículo para atender os estágios de campo das 10 estudantes que estagiavam na ASA, tendo resposta positiva. Deste apoio em diante, foram conseguidos outros importantes apoios para o desenvolvimento de outras atividades da ASA na Arquidiocese.

Para atender às demandas de deslocamento do Projeto “Mensageiro da Caridade”, tendo em vista que a ASA não dispunha de condução adequada, foi enviada em 1977 uma correspondência à mesma “Misereor”, da Alemanha, e à MIVA (Missie Werkeersmiddelem Aktie), da Holanda, solicitando recursos para a aquisição de uma Pick-up Volkswagen para efetuar as arrecadações das doações, tendo resposta satisfatória de ambas as entidades, o que tornou possível a compra da primeira condução do projeto. No ano de 1981, outra correspondência foi enviada por Dom Afonso para a “Misereor”, solicitando um automóvel Toyota, movido a diesel, para o Projeto “Mensageiro da Caridade”, obtendo novamente resposta positiva.

Para o desenvolvimento das atividades, foi firmado um **convênio com a “Misereor”**, já mencionada, convênio que possibilitou o fortalecimento dos trabalhos desenvolvidos com as obras sociais filiadas. Pouco depois, a ASA encaminhou um projetão para a “Misereor”, visando beneficiar as CEBs, ASA, CPT e Sociedade Alfa Gente. Com a aprovação desse projeto, foi possível contratar 06 técnicos e uma auxiliar de escritório, a partir do dia 1º de agosto de 1985.



O projeto foi aprovado para três anos. Com a primeira parcela, além da equipe, foi possível trocar o carro, reformar creches comunitárias, adquirir máquinas de datilografia, de costura, e refrigeradores para estoque de peixes que eram distribuídos para as comunidades de periferia. Além disso, possibilitou encontros de líderes em desenvolvimento da comunidade (CEBs e CPT). Assim, o convênio com a “Misereor”, desde seu início, tornou-se a maior fonte de sustentação da ASA. Este convênio teve como objetivo:

Criar um suporte financeiro para atender e promover os agricultores sem terra e migrantes, desenvolver a publicação e documentação de Estudos e Pesquisas e dados voltados aos interesses das comunidades populares, coordenar e assessorar 31 obras sociais filiadas, manter centros de desenvolvimento infantil nas comunidades carentes de recursos, e realizar treinamento de pessoal nas comunidades atendidas nos diversos ramos de atividades.⁶

Desde então, a ASA manteve por muitos anos convênio com a “Misereor”, que se tornou uma de suas principais fontes de recursos.

Acolhimento e Apoio aos Menores de rua e Periferia

Com a abertura democrática do sistema político brasileiro, com as eleições diretas de 1985, a ASA iniciou um processo de atuação mais crítica das causas que geravam exclusão social. Assim sendo, procurou conseguir uma participação mais consciente, livre e responsável das pessoas atendidas. Todas as atividades eram de cunho promocional, sempre despertando, orientando, motivando e levando à auto – capacitação das obras sociais filiadas, para que desempenhassem seu papel no processo de desenvolvimento integral das pessoas, grupos e comunidades. Neste período, destaca-se a atuação com os meninos de rua através da participação em encontros e a realização de seminários sobre a temática. Como resultado desse trabalho, foi formada uma comissão de apoio aos meninos e meninas de rua de Florianópolis.

Tendo como foco a emancipação das pessoas e comunidades, a ASA atuava com uma metodologia pautada na promoção humana, a partir da seguinte definição:

⁶ ASA, Relatório 1986.



“A Promoção Humana de transformação busca criar relações sociais justas. A percepção crítica da realidade vivenciada traz à tona as causas das necessidades enraizadas nas estruturas sociais injustas. Os necessitados são os oprimidos. Se existem oprimidos, é porque existem opressores. Mas os opressores não estão isolados, estão engrenados nos inter-relacionamentos sistêmicos e estruturais. O enfoque de transformação procura revelar e mudar essas relações sociais injustas”⁷.

A Campanha da Fraternidade de 1987, que teve como tema “*Quem acolhe o Menor a Mim acolhe*”, trouxe presente a realidade da criança, ampliando substancialmente a atuação da ASA com o menor, desta vez com um apoio mais substancial dos padres e da própria Mitra, com total incentivo de D. Afonso. Diversos encontros com as paróquias, comunidades de periferia, catequistas, despertando para a realidade do Menor no Brasil.

O objetivo nessa nova área de atuação era o de assessorar, apoiar e motivar os trabalhos existentes nas comunidades de periferia junto aos menores de 7 a 17 anos, procurando garantir que eles tivessem o seu espaço dentro das comunidades. A partir desse objetivo, a ASA elaborou uma metodologia de trabalho própria com os menores, com os seguintes itens: ação libertadora, ação comunitária, ação organizada, ação integrada, ação política e ação comprometida.

Nessa época não existia o *Estatuto da Criança e Adolescente* (ECA), mas em muitas das suas atividades a ASA buscava atender ao que hoje está previsto no Estatuto. A atuação com os menores trouxe várias atividades de forma diferenciada para o Art. 3º do ECA, conforme vemos a seguir:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.⁸

⁷ O’GORMAN, 1982, pg. 107.

⁸ BRASIL, 1990.



O legado social de Dom Afonso

Pe. Ney Brasil Pereira:

Devo a Dom Afonso a minha nomeação de “Capelão para a pastoral carcerária” das instituições penais de Florianópolis, em 01 de fevereiro de 1974. Na época, tratava-se da Penitenciária, do Presídio Masculino (então, “Cadeia Pública”), Hospital de Custódia (então, Manicômio Judiciário) e Colônia Penal, em Canasvieiras. Dom Afonso vinha três vezes por ano presidir a Missa na Capela do Presídio Masculino, para os detentos da Penitenciária, deixando-lhes sempre mensagens motivadoras nas suas homilias. Uma ou outra vez, a Missa foi campal, com a participação do Governador. Esta presença de Dom Afonso interrompeu-se a partir de 1985, por motivo de motins na Penitenciária e no Presídio, motins que levaram a precauções maiores na segurança. Na provisão de nomeação, Dom Afonso recomenda: “além dos atos de culto e sacramentalização, um trabalho de evangelização junto aos presos, para o qual poderá valer-se do auxílio de religiosos(as) e de leigos de boa vontade, instruídos na religião e dotados das qualidades requeridas ao bom cumprimento de tão nobre missão. A caridade fraterna exercida junto aos prisioneiros é um apostolado exaltado pelo Evangelho e aceito como um bem feito ao próprio Cristo!”

AS Sandra Schlichting:

Desde o início de seu pastoreio na Arquidiocese de Florianópolis, Dom Afonso buscou fortalecer a atuação da Ação Social, com o objetivo de dar unidade e articular as forças sociais das Paróquias em favor das pessoas empobrecidas. Muito embora não estivesse à frente das causas sociais, sempre demonstrou preocupação e traduziu em gestos concretos mediações em favor dos direitos humanos. Incentivava seus colaboradores a dinamizarem as ações sociais na Arquidiocese, e em muitas situações contribuiu e apoiou os movimentos sociais em defesa da vida. Apostava no diálogo como forma de chegar a soluções pacíficas. Um pastor que na sua prática pastoral pregava a unidade como princípio fundamental da ação evangelizadora. Honra-me ter tido a oportunidade de convivência com Dom Afonso, sempre de forma tão fraterna, amiga, acolhedora e incentivadora. Sem sombra de dúvida, ele me fez crescer como pessoa humana.



Conclusão

Dom Afonso sempre foi sereno, sincero e decidido, e assim ele conduzia a Arquidiocese e seu trabalho social. Nunca buscou tornar-se referência, ser mais ou ser melhor, simplesmente buscou ser, cumprindo o papel de ser o bom pastor que é aquele que dá a própria vida por suas ovelhas, conforme os ensinamentos do Mestre Jesus, doando sempre vida e esperança a quem mais precisa, lutando para que “*todos tenham vida e vida em abundância*” (Jo 10-10).

Sem buscar ser, a Ação Social Arquidiocesana, da qual Dom Afonso sempre foi presidente, sempre foi referência na atuação com os empobrecidos, na organização das comunidades, na defesa da vida, na solidariedade com os irmãos. A atuação da ASA nesse período construiu o caráter institucional que é indissolúvel, tornando-se uma marca da entidade já no seu registro de nascimento, bem como no seu processo de crescimento, que deverá permear a sua atuação enquanto existir.

A atuação social, enquanto Dom Afonso foi presidente da ASA, não foi estática: ela refletiu a realidade político-social de uma época de grandes transformações. Ela buscou ser ponto de encontro e de partida, nunca ponto de chegada ou de permanência. Foram inúmeros os trabalhos que se iniciaram após a motivação da ASA e que posteriormente tornaram-se independentes e autossuficientes. Com isso, a Arquidiocese cumpriu seu papel de ser a “árvore que dá frutos e boas sementes”, nunca se preocupando com a boa colheita, mas primando em semear boas sementes. De fato, no caso da atuação social, quem faz a colheita não é o semeador, mas sim a sociedade como um todo. Fica a certeza da colheita de bons frutos a partir da atuação social desenvolvida na Arquidiocese, sob a orientação e o apoio de Dom Afonso Niehues.

Referências Bibliográficas

EMMENDOERFER, Afonso. *Dom Afonso e a Realidade Social*. In: VICENTE, Vilmar Adelino. “Dom Afonso Niehues: pastor da vinha do Senhor”. IOESC: Florianópolis, 1990.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.



O’GORMAN, Frances. “Promoção Humana: princípios e práticas numa perspectiva cristã”. São Paulo: Ed. Paulinas. Rio de Janeiro: FASE-NUCLAR: 1982man, Relatórios

PUEBLA (Texto oficial da CNBB): A Evangelização no Presente e no futuro da América Latina, Petrópolis, Vozes, 1982.

COSTA, L. (org.). Decreto ‘*Apostolicam Actuositatem*’ sobre o apostolado dos leigos (18/11/1965). Documento do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965). Tradução da Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997, pp. 369-410.

ASA, relatórios, 1969 a 1991

ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS, Revista Pastoral de Conjunto, 1965-1992?

VATICANO II. Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

Endereço do Autor:

Rua Esteves Junior 447

Centro

88015-130 Florianópolis, SC

E-mail: asa@arquifln.org.br